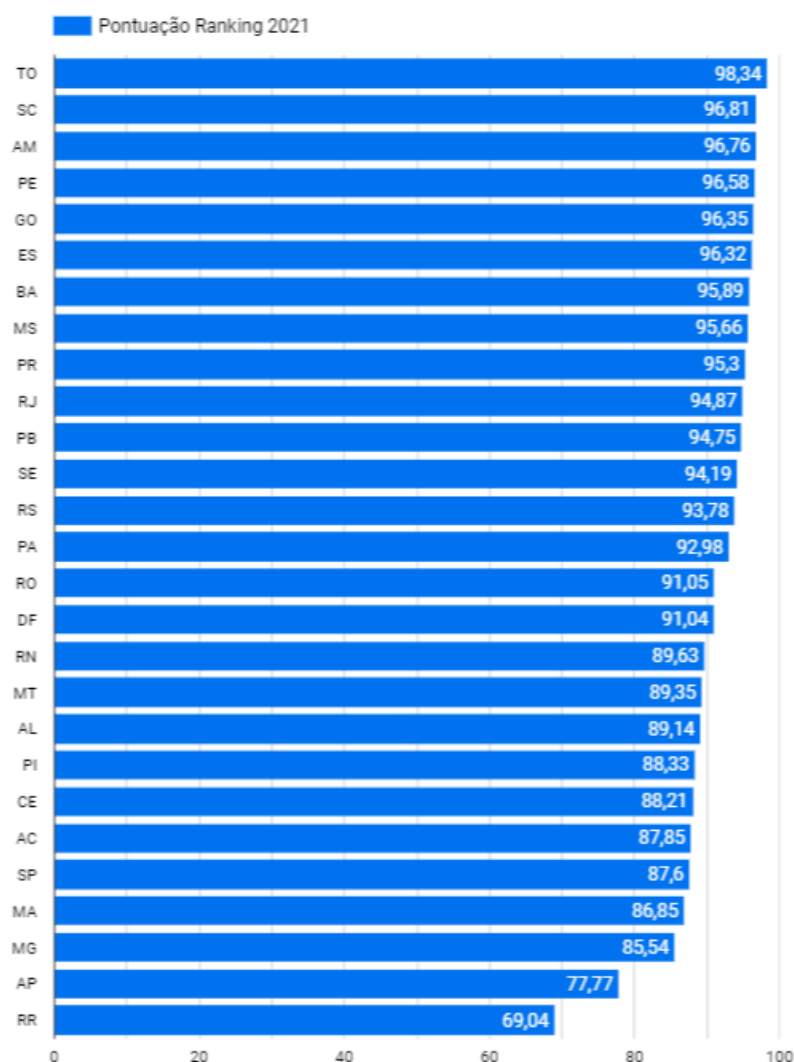


Figura 9 – *Ranking* Estadual da Qualidade Contábil e Fiscal dos Estados



Fonte: Tesouro Nacional (2021).

Portanto, nesta pesquisa, com o intuito de mitigar a influência significativa do componente GT (Transparência de Governo), utilizou-se adicionalmente o componente Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal (IQCF).



## **5 ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados compreende a avaliação dos critérios de compreensibilidade, autenticidade e reusabilidade dos dados no âmbito do modelo OpenGovB. Esta análise desvenda disparidades notáveis entre os estados quanto à transparência e eficácia na gestão de dados, salientando áreas críticas que requerem melhorias e sublinhando a urgência de adotar práticas e estratégias padronizadas em nível nacional.

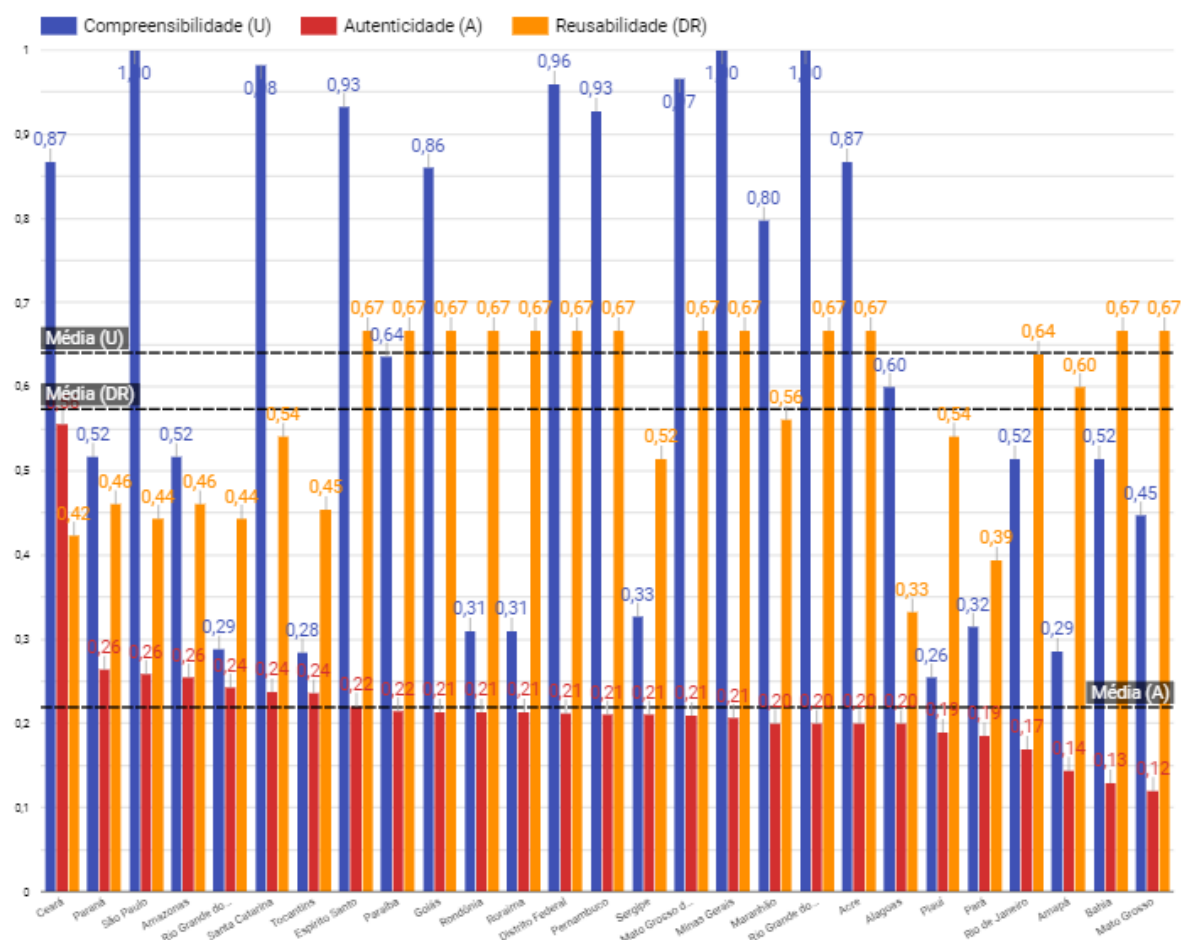
### **5.1 Análise dos Critérios do Modelo OpenGovB**

A avaliação dos critérios de compreensibilidade, autenticidade e reutilização de dados representa o cerne do modelo OpenGovB. Este arcabouço fornece uma ferramenta analítica, permitindo um exame aprofundado da eficiência na gestão dos dados governamentais abertos. Ao empregar esta perspectiva crítica, é possível medir o quanto as práticas de governança transparente e aberta estão sendo efetivamente implementadas.

#### **5.1.1 Critérios Avaliados**

A avaliação detalhada dos critérios de compreensibilidade, autenticidade e reutilização de dados desvenda percepções acerca do grau de maturidade e avanço nos esforços empreendidos pelos governos estaduais do Brasil. Esta análise oferece um diagnóstico sobre a situação dos portais de dados governamentais abertos dos governos estaduais brasileiros.

Figura 10 – Pontuações dos Critérios Avaliados



Fonte: elaborada pelo autor.

No gráfico em questão, cada barra ilustra a performance individual de cada estado brasileiro em relação aos critérios que formam o alicerce do modelo OpenGovB. Estes critérios são representados nas categorias de compreensibilidade (U), autenticidade (A) e reusabilidade (DR). Quanto à estrutura representativa do gráfico, as linhas horizontais traçadas no gráfico indicam as médias correspondentes a cada um destes critérios essenciais, permitindo assim uma análise comparativa entre os diferentes estados e uma visão geral da situação nacional em termos de gestão de dados abertos.

Quanto ao critério de compreensibilidade dos dados, apesar de ser o critério que obteve maior média entre os estados, é possível notar uma heterogeneidade nas práticas adotadas pelos diferentes estados. Observa-se que, enquanto alguns estados demonstram abordagens modelares, proporcionando clareza e facilidade de interpretação, há outros que necessitam aprimorar significativamente suas práticas. A análise dos portais estaduais destaca uma carência de padronização nos métodos de divulgação. Esse cenário sublinha a necessidade imperativa de se estabelecer normas consistentes na apresentação dos dados, garantindo assim que

cidadãos em todas as regiões possam acessar e compreender as informações públicas com equidade e eficácia.

No que diz respeito à autenticidade, esse critério vital comprova a fidelidade e a preservação dos dados disponibilizados. O registro de uma pontuação média relativamente baixa em autenticidade entre os estados brasileiros destaca uma questão urgente: uma deficiência na salvaguarda da integridade dos dados fornecidos. Esse indicador ressalta o imperativo de intensificar a confiança nos dados governamentais, garantindo sua originalidade e confiabilidade. A observação de pontuações particularmente baixas em algumas jurisdições indica um potencial significativo para o desenvolvimento de práticas de segurança mais robustas e a adoção de protocolos de validação mais estritos. Estas medidas são cruciais para aprimorar a percepção pública quanto à autenticidade dos dados e, por extensão, para fortalecer a confiança na transparência governamental.

Relativamente ao critério de reusabilidade dos dados, este aspecto enfatiza a capacidade de os dados serem aproveitados para múltiplos propósitos e por uma gama diversificada de usuários. Estados que alcançaram pontuações elevadas estão alinhados com os critérios propostos pelo modelo OpenGovB e, por extensão, tendem a estar em consonância com os padrões FAIR, particularmente no que tange à reutilização eficiente dos dados. Por outro lado, a pontuação baixa observada em alguns estados sugere uma integração insuficiente aos princípios de dados abertos, refletindo oportunidades significativas de melhoria na gestão e disponibilização de dados governamentais para reuso.

Em suma, a análise dos critérios de compreensibilidade, autenticidade e reusabilidade, conforme ilustrado no gráfico de barras da Figura 10, sublinha a essencialidade de uma gestão de dados governamentais abertos que seja não apenas transparente e responsável, mas também uniformemente eficiente em todos os estados. A notável variação no desempenho entre os estados ressalta a necessidade premente de uma estratégia coordenada em nível nacional, visando elevar todos a um patamar superior em relação aos critérios avaliados. Essa ação conjunta é essencial para promover uma governança transparente e eficiente, constituindo-se como um alicerce fundamental para a consolidação de uma democracia forte e o alcance de um desenvolvimento sustentável.

A análise revela que, apesar do progresso contínuo na compreensibilidade e reusabilidade dos dados, a autenticidade emerge como um desafio persistente. Portanto, é vital que os governos estaduais implementem estratégias específicas para fortalecer a integridade e autenticidade dos dados, uma ação crucial para preservar e intensificar a confiança pública nos dados abertos governamentais.

A compreensibilidade e a reusabilidade devem ser acompanhadas de autenticidade confiável para garantir que os dados abertos sejam não apenas acessíveis, mas também genuínos e úteis. Assim, os estados brasileiros, embora variem em sua maturidade relativa à implementação desses princípios, devem se esforçar coletivamente para atingir uma excelência abrangente no manejo dos dados abertos e consequente aprimoramento dos portais institucionais.

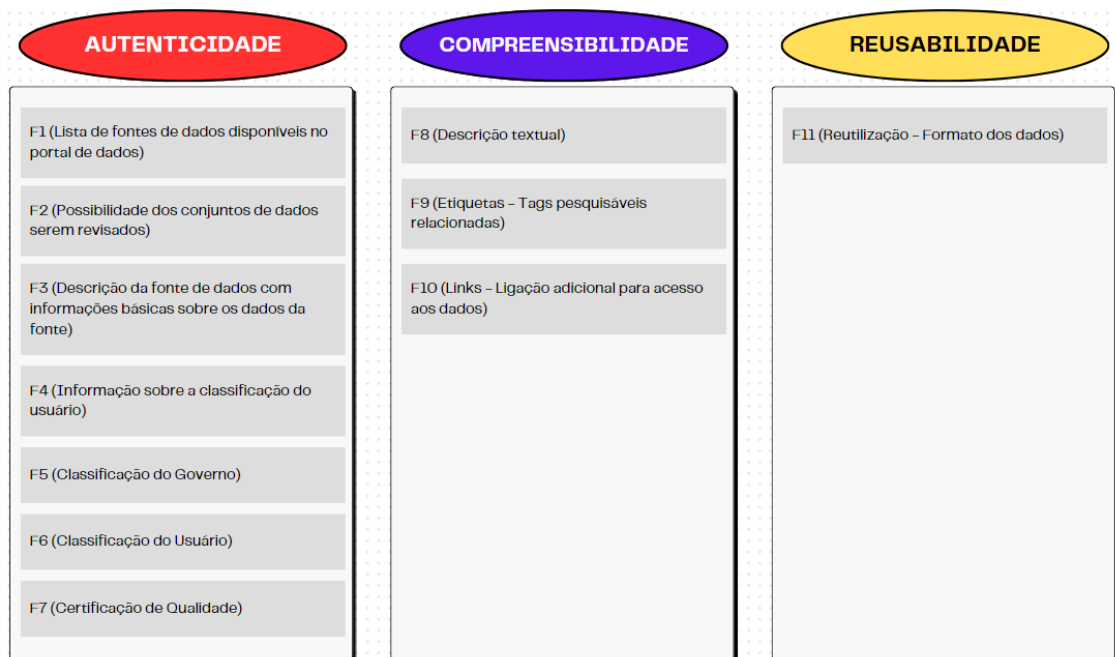
A análise detalhada dos critérios de compreensibilidade, autenticidade e reusabilidade dos dados, conforme ilustrado anteriormente, ressoa com as premissas da Teoria da Agência e da Teoria do *Disclosure*. A partir da perspectiva da Teoria da Agência, a variabilidade observada na autenticidade dos dados reflete uma lacuna crítica na relação de confiança e responsabilidade entre os governos estaduais (agentes) e os cidadãos (principais). A inconsistência na autenticidade e na transparência dos dados pode intensificar a assimetria de informações, desafiando a capacidade dos cidadãos de monitorar e avaliar efetivamente as ações do governo.

Além disso, sob a ótica da Teoria do *Disclosure*, a heterogeneidade na compreensibilidade e reusabilidade dos dados aponta para uma divulgação ineficiente, comprometendo a tomada de decisões informadas e a governança eficaz. A falta de clareza e a dificuldade de reutilizar os dados impedem que os cidadãos tenham acesso pleno e útil às informações, essencial para o fortalecimento da transparência governamental e a promoção de uma cultura de abertura e responsabilidade. Portanto, esses achados destacam a necessidade urgente de aprimoramento na gestão dos dados abertos, alinhando as práticas com os princípios estabelecidos por ambas as teorias para assegurar uma governança mais transparente, responsiva e participativa.

## **5.2. Análise dos Fatores do Modelo OpenGovB**

Nesta análise, adentra-se aos fatores que compõem os critérios estabelecidos pelo modelo OpenGovB. A Figura 11 ilustra os fatores que vão de F1 a F11, cada um vinculado a um dos critérios cruciais de avaliação: "AUTENTICIDADE", "COMPREENSIBILIDADE" e "REUSABILIDADE". Esses fatores são componentes integrais que, coletivamente, formam a base para uma análise holística da transparência de dados abertos governamentais.

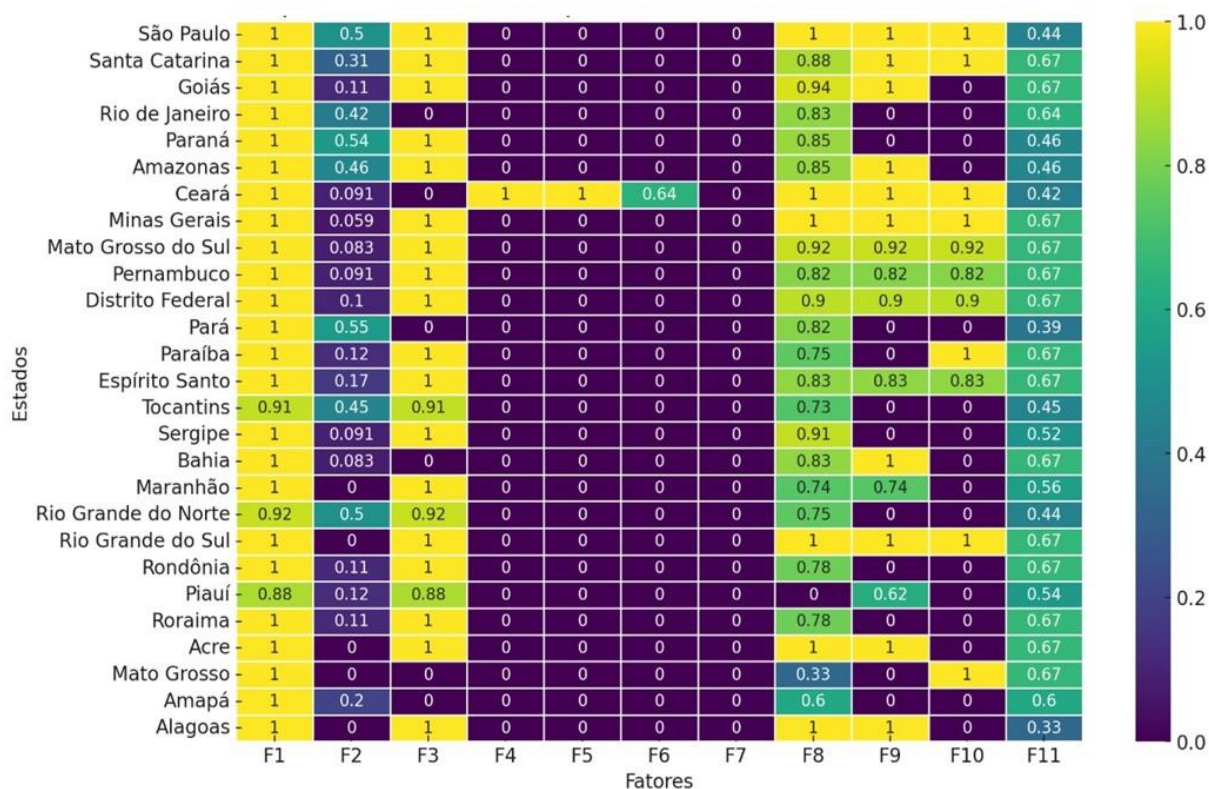
Figura 11 – Detalhamento dos Critérios Avaliados



Fonte: elaborada pelo autor.

Na sequência da avaliação dos portais de dados estaduais, empregou-se um mapa de calor para realizar uma análise meticulosa dos fatores que constituem os pilares do modelo OpenGovB. Esta representação gráfica, intrinsecamente intuitiva, proporciona um meio eficiente para a apreciação integral desses fatores, os quais formam as bases dos critérios primordiais de autenticidade, compreensibilidade e reutilização dos dados, facilitando assim a identificação de padrões e áreas que necessitam de aprimoramento.

Quadro 6 – Mapa de Calor dos Fatores Avaliados



Fonte: elaborado pelo autor.

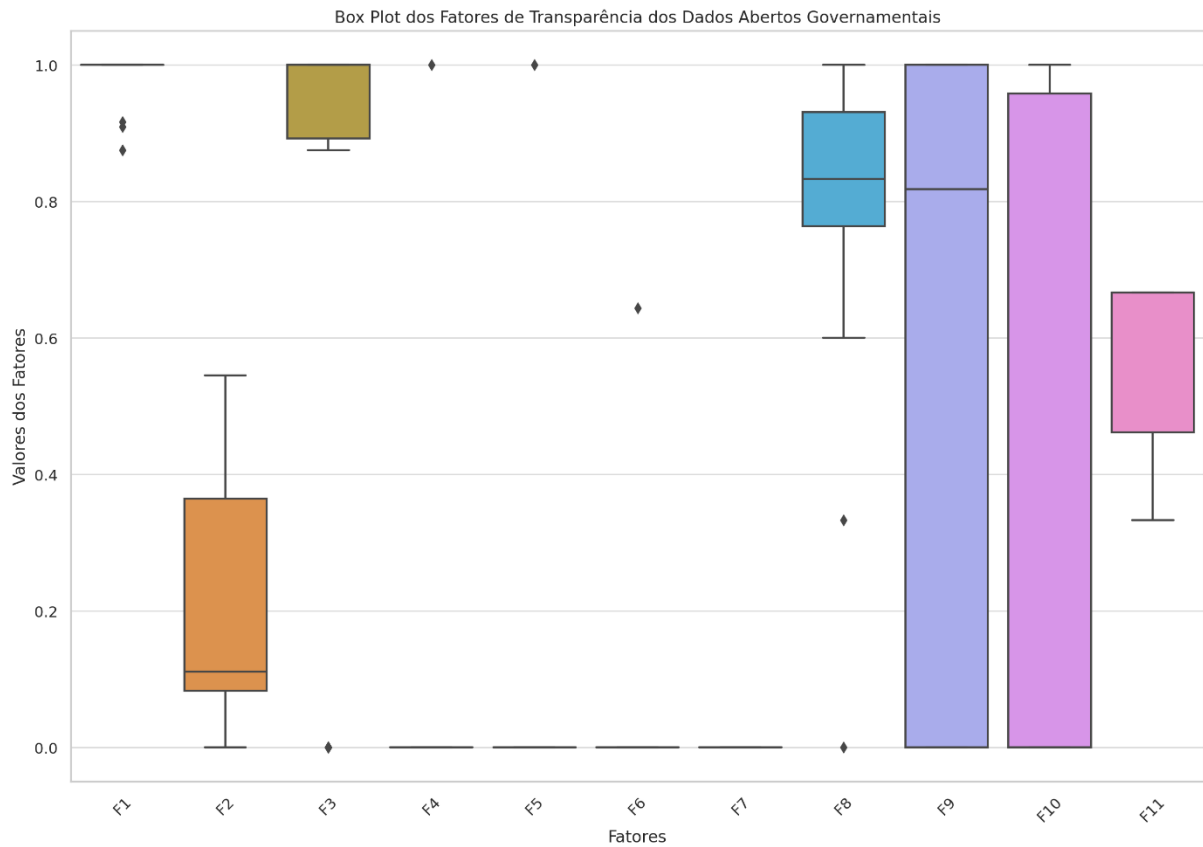
Inicialmente, é notável que estados como São Paulo, Santa Catarina e Goiás apresentem pontuações máximas (1.0) em diversos fatores. Por outro lado, observamos uma variabilidade significativa nos fatores (F2), (F4), (F5), (F6) e (F7). Essas discrepâncias indicam áreas específicas onde intervenções e melhorias são necessárias para alcançar um modelo OpenGovB mais efetivo e uniforme.

Além disso, a análise regional do mapa de calor indica diferenças significativas nos níveis de transparência. Enquanto a região Sudeste, por exemplo, demonstra alta transparência em quase todos os fatores, outras regiões, como o Norte e Nordeste, apresentam uma performance mais mista, destacando a necessidade de uma abordagem diferenciada que considere as particularidades regionais.

Por fim, a comparação entre os fatores revela que alguns, (F5), (F6) e (F7), como a classificação do usuário, do governo e certificação de qualidade, são desafios comuns a muitos estados, sugerindo que estes podem ser pontos de estrangulamento sistêmicos que necessitam de atenção em nível nacional.



Figura 12 – *Boxplot* dos Fatores Avaliados



Fonte: elaborada pelo autor.

Para a análise dos *outliers* nos dados abertos governamentais selecionados dos portais governamentais dos estados brasileiros, empregou-se o gráfico de *boxplot*. Segundo Fernando da Silva (2023), os *boxplots* são ferramentas poderosas para visualizar a distribuição dos dados e realizar diversas análises, tais como identificação de medidas de tendência central, avaliação da dispersão dos dados, detecção de assimetria, identificação de valores atípicos e comparação entre grupos ou categorias.

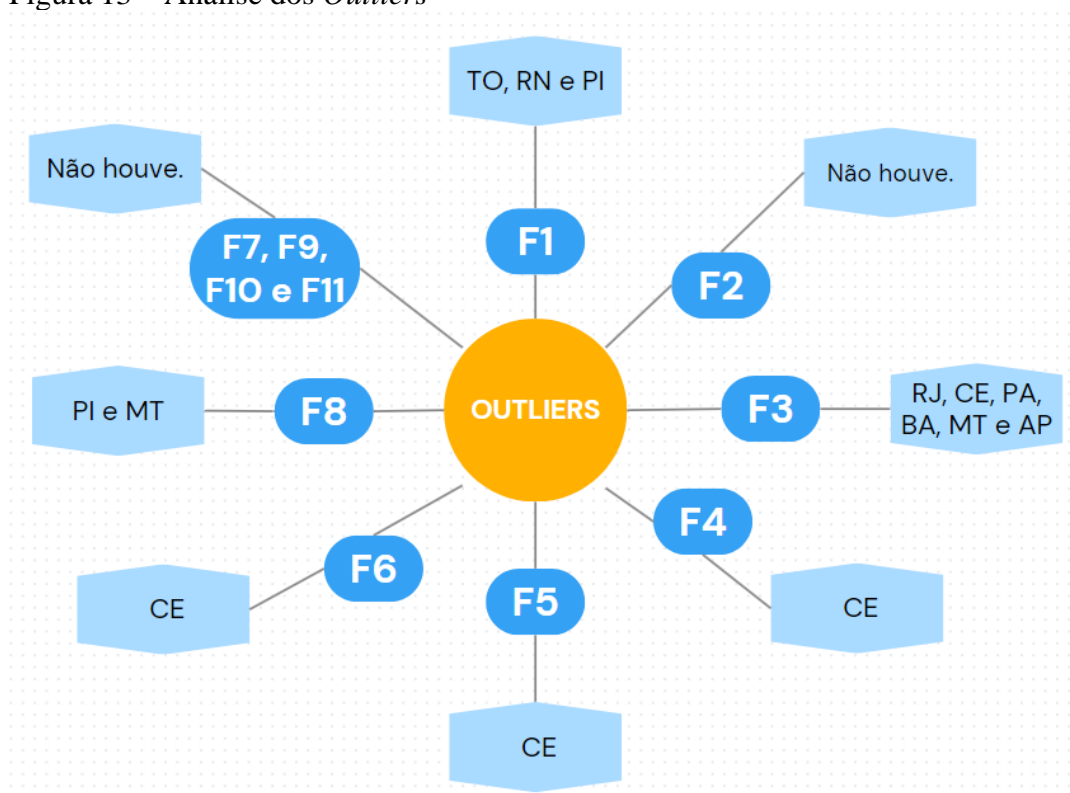
A interpretação do gráfico de *boxplot* requer a compreensão de suas partes, que refletem a distribuição dos dados. As medianas representam a tendência central dos dados, ou seja, valores próximos a 1 indicam que a maioria dos portais governamentais dos estados brasileiros alcança uma pontuação alta para o fator em questão. A amplitude da caixa é um indicador da variação entre os estados: uma caixa mais estreita sinaliza uma variação menor, enquanto uma mais ampla denota uma variação maior. Já os *outliers*, pontos localizados distantes das caixas, destacam estados com resultados excepcionais que se diferenciam significativamente da tendência geral observada.

A análise detalhada proporcionada pelo *boxplot* oferece *insights* valiosos sobre as variações e os *outliers* no conjunto de dados analisado, revelando diferenças significativas na gestão e disponibilização de dados entre os estados. No Fator 1, observa-se que a maioria dos estados apresenta um valor consistentemente alto, em torno de 1, o que sugere uma ampla disponibilidade de fontes de dados nos portais dos estados. Este padrão indica um esforço generalizado para manter uma diversidade de informações orçamentárias, contábeis e financeiras acessíveis ao público.

Em contraste, o Fator 2 revela uma variação considerável, com a presença de alguns *outliers*. Os dados apontam para diferenças substanciais entre os estados na forma como revisam os dados publicados e, comparativamente ao Fator 1, nota-se uma queda expressiva na pontuação, sugerindo variações nas práticas de revisão e atualização dos dados. Similar ao Fator 1, o Fator 3 mostra que a maioria dos estados fornece informações básicas sobre as fontes de dados de maneira consistente, reforçando a ideia de uma abordagem padronizada na disponibilização dessas informações essenciais. Contudo, nos Fatores 4, 5, 6 e 7, observa-se uma falta de variação significativa, com uma predominância de valores 0 e a ocorrência de *outliers*. Isso sugere uma subutilização ou uma aplicação limitada de classificações de usuário e governo, bem como de certificações de qualidade nos dados.

O Fator 8, por sua vez, exibe uma variação mais contida nas pontuações, mantendo-se em níveis próximos ao Fator 1, mas com a presença de *outliers*, indicando diferenças na maneira como as descrições textuais são apresentadas nos portais. Por outro lado, os Fatores 9 e 10 demonstram uma variação significativa, refletindo diferenças acentuadas entre os estados no fornecimento de *tags* pesquisáveis e *links* adicionais para informações. Estes fatores destacam a diversidade nas estratégias de tornar os dados mais acessíveis e interativos para os usuários.

Finalmente, o Fator 11 apresenta uma variação mais contida, com pontuações oscilando entre 0,4 e 0,6, e sem a presença de *outliers* notáveis. No entanto, é importante destacar que, apesar da baixa variabilidade, os níveis de pontuação se mantêm em patamares baixos. Essa constatação indica que o baixo grau de adequação ou de sofisticação desses formatos para efetiva reutilização ainda é limitado. A baixa pontuação pode sinalizar oportunidades para melhorias, visando aprimorar a utilidade e a eficiência na reutilização dos dados disponibilizados.

Figura 13 – Análise dos *Outliers*

Fonte: elaborada pelo autor.

A Figura 13 destaca os fatores e os respectivos estados que exibiram pontuações consideradas *outliers*. No Fator 1, que se refere à disponibilidade de uma lista completa de todas as fontes de dados no portal, incluindo detalhes como a identificação dos responsáveis por manter, atualizar e realizar as publicações, observamos que os estados de Tocantins, Rio Grande do Norte e Piauí registraram pontuações que se desviam do padrão observado nos demais estados. Contudo, é importante notar que essas pontuações atípicas estavam próximas do valor 1. Constata-se que, apesar das variações, no Fator 1, os estados, de maneira geral, demonstraram um desempenho satisfatório na disponibilização abrangente de suas fontes de dados.

No que diz respeito ao Fator 3, este se concentra na disponibilidade de descrições minuciosas para cada conjunto de dados nos portais estaduais. Essas descrições incluem informações fundamentais como a natureza dos dados, os métodos e a periodicidade de coleta, bem como quaisquer metodologias ou técnicas específicas aplicadas. Nos portais dos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Pará, Bahia, Mato Grosso e Amapá, observou-se a ausência dessas descrições detalhadas das fontes de dados. Como resultado, estes portais foram avaliados com

a pontuação 0 neste fator específico, refletindo uma lacuna na comunicação de informações sobre os dados disponibilizados.

Em contraste com os demais *outliers* que se destacaram por apresentar pontuações inferiores ao padrão entre os portais estaduais, os Fatores 4, 5 e 6 revelam uma situação distinta. Nestes fatores, os *outliers* representam um caso único em que um portal estadual conseguiu pontuar e satisfazer os requisitos estabelecidos. O portal do estado do Ceará se distingue por disponibilizar um mecanismo que permite aos usuários oferecer *feedback* sobre as fontes de dados. Esse recurso possibilita a classificação e a emissão de comentários acerca da qualidade e utilidade dos dados apresentados. No entanto, é importante frisar que, segundo as diretrizes do método OpenGovB, esse tipo de *feedback* deveria ser aplicado especificamente a cada conjunto de dados individual. No caso do portal do estado do Ceará, o mecanismo implementado coleta *feedbacks* de maneira mais geral, sem a especificidade recomendada para cada conjunto de dados.

No que tange ao Fator 7, apesar da ausência de *outliers*, todos os portais avaliados receberam a pontuação mínima, zero. Esta uniformidade na pontuação reflete uma lacuna generalizada: a inexistência de um certificado de qualidade para os dados abertos. Essa constatação sugere uma área significativa para melhorias, destacando a necessidade de implementação de padrões de qualidade que possam ser verificados e certificados para assegurar a confiabilidade e a integridade dos dados disponibilizados nos portais. Em relação ao Fator 8, focado na existência de descrições claras e detalhadas para cada conjunto de dados, visando facilitar a compreensibilidade, os estados do Piauí e Mato Grosso apresentaram pontuações inferiores em comparação com outros portais. Esta baixa pontuação foi atribuída devido à dificuldade em identificar o contexto e o propósito dos dados nesses portais, um aspecto crucial para o uso eficaz e a interpretação dos dados.

Em relação aos demais fatores analisados, os Fatores 2, 9, 10 e 11 não apresentaram a ocorrência de *outliers*. Especificamente sobre o Fator 2, que se relaciona diretamente com o grau de autenticidade dos dados, observou-se um desempenho geralmente insatisfatório. Isso sugere que, de maneira ampla, os portais estaduais enfrentam desafios significativos em assegurar e demonstrar a autenticidade dos dados disponibilizados, uma questão crucial para a confiabilidade e a integridade das informações. Quanto aos Fatores 9 e 10, ambos intrinsecamente ligados à compreensibilidade dos dados, notou-se uma alta variabilidade nas pontuações. Enquanto alguns portais alcançaram a pontuação máxima, demonstrando excelência na apresentação clara e acessível das informações, outros receberam a pontuação mínima, zero, refletindo deficiências consideráveis nesse aspecto. Essa disparidade indica a

existência de abordagens muito distintas entre os Estados na maneira de tornar os dados compreensíveis e acessíveis aos usuários.

Em relação ao Fator 11, que visa constatar o grau de reutilização dos dados com base em seus formatos, as pontuações dos estados revelaram baixa variabilidade. Contudo, de maneira geral, as pontuações foram consideradas abaixo do nível satisfatório. Isso indica que, embora exista certa consistência nos formatos dos dados disponibilizados, a adequação desses formatos para facilitar a reutilização efetiva ainda não atinge um patamar ideal, ressaltando a necessidade de melhorias para maximizar o potencial de uso dos dados abertos.

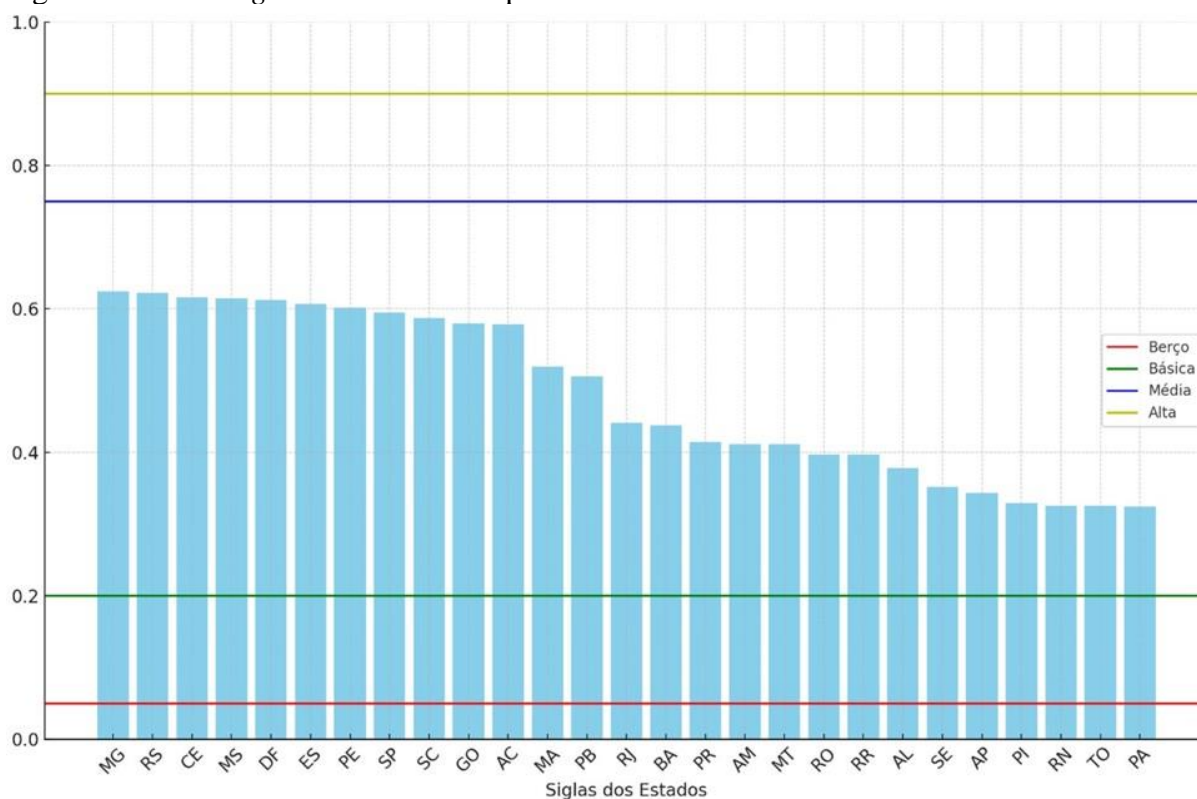
### **5.3 Panorama dos Portais de Dados Governamentais Abertos dos Estados**

O objetivo deste tópico é fornecer um panorama abrangente do grau de transparência dos portais de dados abertos dos estados brasileiros. Para isso, são apresentados dois *rankings* distintos. O primeiro é baseado somente nos resultados obtidos por meio da aplicação dos critérios do modelo OpenGovB, já o segundo *ranking*, adaptado, adiciona a pontuação obtida no Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (IQCF), um parâmetro adicional que oferece uma perspectiva diferenciada sobre a qualidade dos dados analisados, no caso específico, dados referentes a informações contábeis, orçamentárias e financeiras.

#### **5.3.1 *Ranking* de Transparência dos Dados (DT)**

Na Figura que se segue, é apresentado um *ranking* do grau de transparência dos dados abertos dos portais dos estados brasileiros após aplicação do modelo OpenGovB. Esta análise utiliza o indicador de Transparência dos Dados (DT), que é calculado com base na média dos valores atribuídos a três aspectos fundamentais: autenticidade (A), compreensibilidade (U) e reutilização dos dados (DR). Os valores obtidos para o DT variam de 0 a 1, onde 0 (0%) indica uma completa falta de transparência nos dados, e 1 (100%) representa o mais alto nível de transparência possível.

É importante salientar que o foco desta análise recai exclusivamente sobre os dados categorizados como “Finanças e Economia”. Isso significa que apenas as informações contábeis, orçamentárias e financeiras disponíveis nos portais estaduais foram consideradas para a avaliação.

Figura 14 – *Ranking* Estadual da Transparência dos Dados Abertos

Fonte: elaborada pelo autor.

De acordo com a perspectiva da pesquisa de Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014), a ênfase na coleta de conjuntos de dados e na promoção da abertura desses dados constitui a pedra angular do conceito de Governo Aberto. Este modelo se apoia em três pilares fundamentais — Transparência, Participação e Colaboração — que, em conjunto, estabelecem e definem o grau de abertura governamental. No contexto desta pesquisa, a análise foi direcionada especificamente para o pilar da Transparência. O modelo adotado delineia uma escala gradativa de abertura, servindo como um indicativo da posição ocupada por um Governo no espectro que vai desde os estágios iniciais de abertura até o ideal de 100% de abertura.

A análise do gráfico revela uma oscilação nas pontuações de transparência entre os estados, que variam principalmente de 0,3 a 0,6. Segundo os padrões estabelecidos pelo modelo OpenGovB, essa faixa de pontuação reflete um nível de transparência que não atinge a faixa considerada satisfatória, posicionando-se entre os patamares de transparência básica e média. Essa variação indica que, embora alguns estados estejam avançando em direção a práticas de transparência mais robustas, ainda há um caminho significativo a ser percorrido para alcançar níveis mais elevados e consistentes de abertura de dados, conforme recomendado pelas diretrizes de Governo Aberto.

A pesquisa de Klein, Luciano e Macadar em 2015, que examinou o portal dados.rs.gov.br sob a ótica do modelo OpenGovB, revelou um panorama sobre a transparência desse portal. Com um índice de 56,8%, a transparência foi classificada como moderada, seguindo os critérios estabelecidos por Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014). Além disso, os resultados apontaram para a ausência de várias funcionalidades chave no portal dados.rs.gov.br, conforme destacado pelo modelo OpenGovB. Estas deficiências incluem a falta de um sistema de *feedback* dos usuários, o uso inconsistente de licenças nas publicações, a não atualização dos dados de acordo com um cronograma predefinido, além da ausência de uma classificação abrangente que cubra as categorias de governo, cidadão e qualidade. Adicionalmente, o estudo revelou baixas pontuações em várias categorias referentes à abertura dos dados e identificou diversas áreas potenciais de fraquezas, especialmente nos indicadores de Autenticidade, Reusabilidade e Transparência dos Dados.

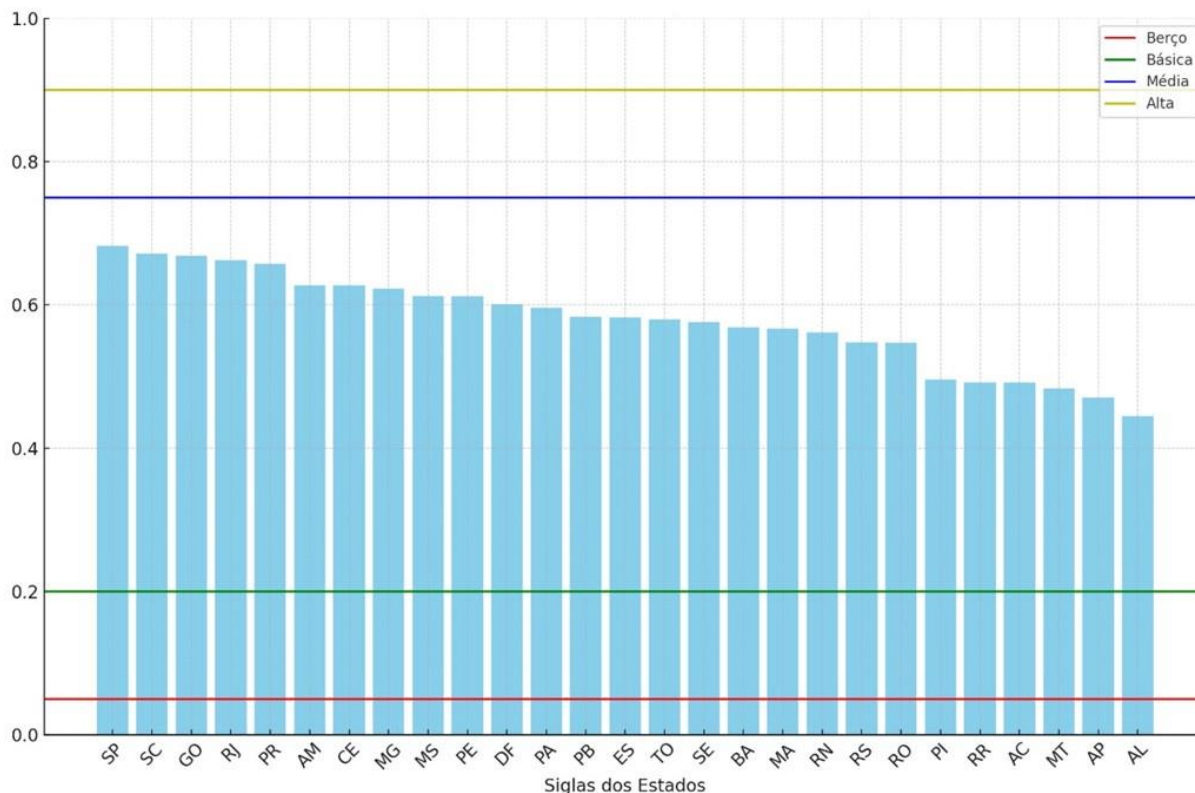
Um outro aspecto avaliado pelo estudo de Klein, Luciano e Macadar (2015), foi a necessidade de reavaliar o peso atribuído ao item Transparência do Governo (GT), que está vinculado a indicadores externos ao portal, como o *Corruption Perception Indicator*. A crítica à utilização do *Corruption Perception Indicator* como parte da avaliação da Transparência do Governo (GT) nos portais de dados abertos pode ser questionada. Considera-se que, embora o indicador seja externo aos dados específicos do portal, ele oferece uma compreensão valiosa do contexto geral de governança e integridade no qual o portal opera. A transparência de um portal não se limita à qualidade dos dados que disponibiliza, mas também ao ambiente de integridade e confiança pública em que está inserido. Portanto, a inclusão de indicadores como o *Corruption Perception Indicator* contribui para uma avaliação mais abrangente e representativa da transparência governamental, refletindo não apenas a disponibilidade dos dados, mas também a eficácia e a confiabilidade do sistema de governança como um todo.

### **5.3.2 Ranking de Transparência dos Dados Ajustado (DTa)**

Neste *ranking*, incorporou-se à métrica convencional de transparência de dados do modelo OpenGovB o indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (IQCF), referente à apuração realizada em 2021, cuja formulação é atribuição do Tesouro Nacional. Essa integração foi deliberada, considerando a relação entre o nível de transparência e a qualidade dos conjuntos de dados examinados, notadamente no que tange às informações contábeis, orçamentárias e financeiras dos estados. O acréscimo do IQCF visa aferir com maior amplitude

o grau de transparência, incorporando características relacionadas à qualidade da informação analisada.

Figura 15 – *Ranking* Estadual da Transparência dos Dados Abertos Ajustado



Fonte: elaborada pelo autor.

A análise revela que, mesmo com a incorporação do Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (IQCF), todos os portais de dados dos estados brasileiros falharam em atingir um patamar considerado satisfatório. Constata-se que a inclusão do IQCF provocou mudanças significativas no *ranking* no que se refere à colocação dos estados, demonstrando que a pontuação resultante da avaliação realizada pelo Tesouro Nacional tem um impacto considerável sobre o resultado final do grau de transparência dos portais estaduais.

Este estudo postula que os critérios utilizados para avaliar os conjuntos de dados e aqueles empregados para medir a qualidade das informações dentro desses conjuntos não são excludentes, mas sim aspectos que se complementam. A avaliação conduzida através do indicador IQCF serve para enriquecer a análise baseada nos critérios estabelecidos pelo modelo OpenGovB. A adesão aos princípios de dados abertos é essencial para a adequada disseminação dos conjuntos de dados fornecidos pelos estados, em particular aqueles relacionados a informações contábeis, orçamentárias e financeiras. Contudo, é essencial reconhecer que a



importância de cumprir com estes princípios se estende além dessas categorias, abrangendo todos os tipos de conjuntos de dados. Especificamente para dados contábeis, orçamentários e financeiros, é preciso considerar também aspectos técnicos e legais que garantam a integridade e a precisão das informações divulgadas.

Dessa forma, é possível garantir uma compreensão abrangente da transparência, assegurando que os dados não apenas estejam disponíveis e sejam reutilizáveis, mas também que sejam tecnicamente sólidos e confiáveis. A análise dos dados econômico-financeiros requer, portanto, um escrutínio metódico dos critérios que englobam a correta classificação, a tempestividade das informações e a conformidade com os padrões contábeis aplicáveis. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem multidimensional para a avaliação da transparência, que considere tanto a abertura dos dados quanto a qualidade técnica da informação provida.

Essa abordagem abrangente não se limita apenas aos dados contábeis, orçamentários e financeiros, mas entende-se que é aplicável a qualquer tipo de conjunto de dados, por exemplo, dados referentes às áreas da educação, saúde e assistência social. Portanto, a expansão da metodologia de avaliação desta maneira tem como objetivo garantir que todas as facetas dos dados abertos sejam examinadas de maneira integral, abordando não apenas a transparência, mas também a qualidade das informações apresentadas aos *stakeholders*. Dessa forma, essa abordagem aprimora não só a acessibilidade dos dados, mas também eleva a confiança e o valor prático das informações para os cidadãos, promovendo uma maior eficácia na aplicação dos dados em diversos contextos sociais.

